

## LINGUAGEM JURÍDICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO

**Edinalva Lins Barbosa Sobrinho<sup>1</sup>**  
**Gabrielle Silva Caetano<sup>2</sup>**  
**Paula Fernanda Costa Araújo<sup>3</sup>**  
**Elza Ilha Padilha Pereira<sup>4</sup>**

Este estudo trata sobre a importante necessidade da aplicação da boa linguagem jurídica pelo advogado. O Direito e a linguagem inevitavelmente estão associados, trazendo a necessidade de o operador do Direito incorporar uma locução natural, fazendo uso do bom senso na linguagem, seja escrita ou falada. Diante das particularidades da língua, a forma culta deve ser priorizada, porém de acesso democrático, levando uma mensagem clara, precisa e sem ambiguidades, evitando-se aplicá-la de maneira rebuscada ou científica a ponto de criar entre as partes, dúvidas no texto redigido ou no discurso apresentado. Assim, busca-se investigar a responsabilização civil do advogado devido ao mau uso ou até do rebuscamento da linguagem no meio forense. Este estudo é de natureza dedutiva pelo qual utilizamos um procedimento de raciocínio lógico, construído a partir do método de abordagem teórica da pesquisa, partindo do conhecimento geral para o particular e será utilizado o método de revisão bibliográfica, coleta de jurisprudência, análise de conteúdo de argumentos jurisprudenciais. Para tanto, é necessário que o operador do Direito realize a comunicação do conhecimento jurídico, fazendo uso das palavras adequadas que transmitam de forma ordenada as suas ideias, sendo entendido por todos e, assim, salvaguardar os direitos e deveres que garantam a própria dignidade humana. Esse profissional deverá compreender que a mensagem escrita ou falada, transporta sentimentos, cultura, verdades e inverdades, sendo de sua total responsabilidade expressar-se de maneira compreensível e ter a capacidade de transformar pensamentos e sentimentos em palavras ou fala inteligível alcançando a compreensão dos leitores e ouvintes. Para o advogado, a responsabilidade vai além do conhecimento técnico das leis, a peça processual depende de um texto bem redigido, acessível, de maneira que o magistrado não tenha dificuldade de compreensão, e o andamento do processo não trave pela dificuldade encontrada em um texto difícil de se decifrar. A fonte do conhecimento é inesgotável, sendo de responsabilidade do legislador e os de seus operadores a incorporação da linguagem natural para servir melhor a sua profissão e à própria sociedade, ante a sua especificidade.

**Palavras-chave:** linguagem, advogado, responsabilidade civil.

### REFERÊNCIAS:

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Direito da UNIFAAHF; edinalvalins@hotmail.com.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Direito da UNIFAAHF; gscaet@gmail.com.

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Direito da UNIFAAHF; fernandaba2525@gmail.com.

<sup>4</sup> Docente do Curso de Letras e coordenadora de Pós-graduação presencial da UNIFAAHF.

BITTAR, Eduardo CB. *Metodologia da Pesquisa Jurídica* – Metodologia e lógica: estatuto teórico, relações, semelhanças e diferenças — 16ª edição 2019.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia. O conhecimento - A linguagem* — Ed. Ática, São Paulo, 2000.

GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolf. *Manual de Direito Civil* — volume único — 5. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. E-book

PETRI, Maria José Constantino. *Manual de Linguagem Jurídica* – 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva 2017.

SABBAG, Eduardo. *Manual de Português Jurídico. 7. ed. reform. e atual.* — São Paulo: Saraiva, 2013.